



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

Experiências e significados da institucionalização. Perspetivas de jovens em acolhimento residencial

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre
em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante

Afonso Massa Mesquita

Porto, novembro de 2020



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

Experiências e significados da institucionalização. Perspetivas de jovens em acolhimento residencial

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau
de mestre em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante

Afonso Massa Mesquita

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Raquel Matos

Porto, novembro de 2020

Agradecimentos

À minha família, pelo apoio e dedicação incondicional ao longo da minha vida e por todos os esforços e sacrifícios que tornaram o meu percurso académico possível. Obrigado, amovos muito e devo-vos tudo.

À minha namorada, pela motivação e apoio incondicional. Obrigado por tudo.

À Professora Doutora Raquel Matos, pela sua disponibilidade e acompanhamento durante esta etapa.

À Casa de Acolhimento, por me abrir as portas e pelo apoio prestado que tornou possível a realização desta dissertação.

“Mas a vida é uma coisa imensa, que não cabe numa teoria, num poema, num dogma, nem mesmo no desespero inteiro dum homem.”

MIGUEL TORGA

Resumo

Esta investigação enquadra-se no projeto europeu PROMISE e analisou as perspetivas e os significados atribuídos à experiência de institucionalização por parte de jovens que se encontram a cumprir uma medida de acolhimento residencial. Os dados foram obtidos através da aplicação de um questionário a 10 jovens.

Os dados obtidos revelam a importância das relações estabelecidas na instituição, principalmente com os adultos da equipa técnica, na diminuição do impacto negativo associado à institucionalização de crianças e jovens. Também, o modo como a instituição é gerida e a tipologia de intervenção realizada, são fatores relevantes para a diminuição do impacto das trajetórias desajustadas em que os participantes estiveram inseridos e que levaram à aplicação de medidas de acolhimento residencial. Verificou-se também, a existência de narrativas em certa medida normalizadoras das trajetórias de acolhimento, o que pode, por um lado auxiliar a adaptação ao contexto de acolhimento, mas por outro comprometer o desenvolvimento de competências de autonomia por parte dos jovens ou dificultar a saída da Casa de Acolhimento.

Palavras chave: Casa de Acolhimento; Impacto; Perceção e significados sobre a experiência de acolhimento; Relações interpessoais.

Abstract

This research, developed in the frame of the European project PROMISE, analyzed the perspectives and meanings attributed to the experience of institutionalization by young people who are carrying out a residential hosting measure. The data were obtained by applying a questionnaire to 10 young people.

The data obtained reveal the importance of the relationships established in the institution, mainly with the adults of the technical team, in reducing the negative impact associated with the institutionalization of children and young people. Also, the way the institution is managed and the typology of intervention carried out are relevant factors in diminishing the impact of the maladjusted trajectories in which the participants were inserted and which led to the application of residential care measures. It has also been found that some narratives seem to normalize the institutionalization trajectories. On the one hand, normalizing this experience may help the adaptation to a foster care context, but on the other hand, it may also compromise the development of autonomy skills and so make more difficult for young people to leave the Foster Care Home.

Keywords: Foster Care Home; Impact; Perception and meanings about the foster care experience; Interpersonal relations.

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento Teórico	1
Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....	1
Acolhimento em Portugal	2
Institucionalização/ Acolhimento	3
Experiências, significados e impactos do acolhimento.....	4
Método	8
Participantes.....	8
Instrumentos.....	9
Procedimentos de recolha e análise de dados	9
Resultados	10
Contactos com instituições e impacto percebido	10
Trajetórias Institucionais.....	11
Entrada na Casa.....	11
Rotinas e atividades	11
Relações interpessoais	13
Significados e experiências de acolhimento	14
Futuro.....	15
Discussão.....	17
A importância das Relações Significativas.....	19
A normalização do acolhimento	20
Os desafios da Saída	21
Conclusões	22
Anexos.....	31

Introdução

O Estado português, no ano de 1911, debruçou-se sobre a problemática da proteção de crianças e jovens abandonados, oficializando a Lei da Infância e Juventude, garantindo-lhes o direito à assistência pública (Mota & Matos, 2008; Gonçalves & Sani, 2013). Portugal desenvolveu um sistema nacional de proteção e de controlo social focado nas crianças e jovens, através do financiamento às instituições públicas e privadas de acolhimento de crianças abandonadas ou órfãs - Tutorias de Infância. A designação de Tutorias de Infância foi alterada para Tribunal de Menores em 1944 (Gonçalves & Sani, 2013). Já no ano de 1962, a Lei de Proteção da Infância é substituída pela Organização Tutelar de Menores (OTM) que sofreu alterações pelos Decretos-lei de 1967, 1978 e 1991 (Gonçalves & Sani, 2013).

Devido a uma constante evolução e adaptação do sistema de proteção da criança português, ao longo dos tempos, surgiu no ano de 1999 a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). A mudança dos critérios que definem “criança em situação de perigo”, a necessidade de expansão e melhoria da intervenção baseada em evidências empíricas, a crescente indagação social relativamente à proteção de crianças, o reconhecimento do pensamento sistémico e da sua implementação na intervenção, bem como, o reconhecimento das dificuldades associadas às minorias étnicas e raciais (Gilbert, Parton & Skivenes, 2011), são alguns dos fatores que levaram à atual moldura do modelo de intervenção jurídica e não jurídica sobre a Proteção de Crianças e Jovens.

O objetivo central desta dissertação é compreender as perspetivas e os significados atribuídos à experiência de institucionalização por jovens que se encontram a cumprir medida de acolhimento residencial ao abrigo da LPCJP.

Enquadramento Teórico

Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

A LPCJP foi aprovada pela Lei 147/99, de 1 de setembro e sofreu alterações introduzidas pelas Leis 31/2003, de 22 de agosto, 142/2015, de 8 de setembro, 23/2017, de 23 de maio e 26/2018, de 05 de julho. Tem como principal objetivo a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens, menores de 18 anos que se encontrem numa situação em que a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento se encontrem

comprometidos, quer por ações dos cuidadores ou da própria criança, mas também, por ações ou omissões de terceiros (art.3º da Lei 147/99, de 1 de setembro). Para estas situações a lei prevê a aplicação de “medidas de promoção e proteção”, desde o apoio junto da família ou cuidador, apoio junto de outro familiar, confiança em pessoa idónea, apoio para autonomia de vida, acolhimento familiar, acolhimento residencial, confiança a pessoa selecionada para adoção e a possibilidade de acolhimento familiar e acolhimento institucional (art. 35º da Lei 147/99, de 1 de setembro).

A medida de acolhimento institucional é umas das possíveis medidas a aplicar sempre que é sinalizada uma situação de perigo que pode comprometer a integridade física e/ou psicológica da criança/jovem (Andrade, Santos, & Costa, 2015), dependendo da idade da criança e do jovem, da situação que levou à aplicação da LPCJP, rede de suporte, necessidades educativas e competências de autonomia da criança/jovem (CASA, 2018). A sua aplicação pretende fornecer estratégias de auxílio ao desenvolvimento integral, positivo e adaptativo da criança/jovem, contribuindo para o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Ramião & Ramião, 2006), através de uma resposta positiva, adaptada e individualizada (Alberto, 2006), sem nunca deixar de ter em conta os direitos individuais, sociais, económicos e culturais da criança/jovem durante todo o processo de intervenção, bem como, potenciar uma intervenção eticamente orientada por parte de todos os intervenientes (e.g.: polícia, escola, tribunais e casas de acolhimento) (art. 4º da Lei 147/99, de 1 de setembro).

Acolhimento em Portugal

O sistema de proteção português é constituído por entidades com competência em matéria de infância e juventude, as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) e os tribunais. Atualmente, existe em Portugal uma rede de Lares de Infância e Juventude e de Centros de Acolhimento Temporário espalhada por todo o território nacional. As CPCJ são instituições não judiciárias que avaliam e atuam segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens, aplicando as medidas de acolhimento mais adequadas para cada caso. Como resposta, o Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens oferece três tipos de soluções possíveis, a Unidade de Emergência, a Casa de Acolhimento¹ e o Lar de Infância e Juventude (Alves, 2007). A tutela das crianças e jovens sinalizadas e encaminhadas para este tipo de instituições de acolhimento fica a cargo da instituição ou do tribunal. Nos casos em que se

¹ Enquadrava-se na designação de Centro de Acolhimento Temporário (CAT), antes de o decreto lei 164/2019 estabelecer que as instituições de acolhimento passaram a ter a designação genérica de Casas de Acolhimento.

verifique que a criança/jovem se encontra numa situação de perigo iminente, o acolhimento é realizado pela Unidade de Emergência (UE), podendo assim permanecer por 48h nestas unidades. Já a Casa de Acolhimento, acolhe crianças e jovens em situações que requerem o seu afastamento temporário da família. Por outro lado, os Lares de Infância e Juventude (LIJ) atuam em situações em que é necessário um afastamento mais prolongado no tempo. Em todos os casos é possível ocorrer uma revisão da medida de acolhimento, o que, em alguns casos, se traduz num retorno ao contexto familiar.

Em Portugal, tem-se vindo a verificar uma diminuição de casos de crianças/jovens com medidas de acolhimento atribuídas desde o ano de 2008, no entanto os valores ainda se encontram elevados. Através da análise do relatório de caracterização anual da situação de acolhimento de crianças e jovens do ano de 2012, 74,2% dos jovens com idade igual ou superior a 15 anos permaneceram em acolhimento por quatro ou mais anos. O mesmo se registou no ano de 2017, sendo possível verificar que, das 6.583 crianças e jovens em acolhimento generalista, 57% encontravam-se em situação de acolhimento há mais de 2 anos (CASA, 2012; CASA, 2017).

No ano de 2017, encontravam-se em situação de acolhimento 7.553 crianças e jovens, menos 8% do que no ano de 2016. Deste número de crianças e jovens institucionalizados, 1.892 encontravam-se em Centros de Acolhimento Temporário. A maior parte das crianças e jovens institucionalizados foram sinalizadas por situações de negligência e maus tratos psicológicos. Já no ano de 2018, ocorre uma diminuição de 7% (521) dos casos de crianças e jovens em situação de acolhimento, em relação ao ano anterior (CASA, 2018).

Institucionalização/ Acolhimento

A institucionalização surge como resposta a situações em que o desenvolvimento normativo e integral dos menores se encontra em risco, caracterizando-se como uma medida de promoção e proteção alternativa à família de origem (Silva, Lemos, & Nunes, 2013), prevista na Lei nº 147/99 de 1 de setembro.

Os motivos mais frequentes para eleger uma criança ou jovem para uma medida de acolhimento institucional estão relacionados com comportamentos desajustados por parte dos jovens em múltiplos contextos, competências parentais desajustadas, maus tratos físicos e/ou psicológicos, negligência, abandono e orfandade (Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, 2013; Huefner, Ringle, Chmelka, & Ingram, 2007; Instituto da Segurança Social, 2012; Pereira, Soares, Dias, Silva, Marques, & Baptista, 2010). Verifica-se que na maioria destes casos, estão associados a vivências familiares e sociais desajustadas e pouco

adaptativas, situações de confronto; pela pobreza; consumos e prisão dos pais (Taussig, 2002; Crosson-Tower, 2007; Huefner, Ringle, Chmelka, & Ingram, 2007).

Com recurso a programas terapêuticos e educativos adaptados e personalizados, tendo em consideração as vivências traumáticas da criança e jovem, bem como, situações de risco desencadeadas pela própria medida de proteção (Mersky & Janczewski, 2013), pertence ao acolhimento institucional o dever de proteger a criança ou jovem ao seu abrigo e disponibilizar e prover um ambiente potenciador do seu desenvolvimento psicossocial. Sabe-se que, em casos de maus tratos, dependendo do agressor, do tipo de maus-tratos, da sua intensidade, duração e severidade e da idade da criança, áreas como, o desenvolvimento social, emocional e intelectual das crianças, podem ficar comprometidas a longo prazo (Shechory & Sommerfeld, 2007). Porém, é possível verificar que, os programas especializados de acolhimento prolongado, apresentam bons resultados, no que diz respeito à quebra dos “ciclos intergeracionais de transmissão da violência”, bem como na diminuição da probabilidade de uma criança ou jovem, vítima de qualquer tipo de violência, apresentar padrões de vitimização ou de agressor na vida adulta (Huefner, Ringle, Chmelka, & Ingram, 2007; Jonson-Reid, Scott-Jr., McMillen, & Edmond, 2007).

Para potenciar o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças e jovens, as instituições responsáveis pelo acolhimento devem fornecer um ambiente que possibilite a sua integração na rede de apoio, oferecer recursos e acompanhamentos positivos, seguros e protetores para que estas consigam enfrentar situações negativas de modo positivo e adaptativo (Siqueira & Dell’Aglío, 2006). No entanto, a instituição pode, ou não, funcionar como uma rede de apoio social, pois depende da perceção da criança ou adolescente da medida aplicada (Dell’Aglío, 2000).

Experiências, significados e impactos do acolhimento

A literatura tem evidenciado que os jovens em acolhimento residencial, quando comparados com jovens não institucionalizados, tendem a apresentar mais sintomas depressivos, desempenho escolar inferior (Dell’Aglío & Hutz, 2004), dificuldades emocionais e problemas de comportamento (Pasian & Jacquemin, 1999), sentimentos de solidão, irritabilidade, baixa autoestima, pensamentos negativos sobre as suas próprias capacidades (Friedberg & McClure, 2004) e défices, no desenvolvimento da linguagem, motor e do funcionamento intelectual e psicossocial (Bahls, 2002; Velarde & Martínez, 2008).

Para compreender o impacto da experiência de acolhimento residencial no desenvolvimento de crianças e jovens é fundamental ter em consideração não só fatores

relacionados com características individuais (e.g.: autoestima, resiliência), mas também fatores que digam respeito às características dos serviços, às condições da família de origem (Carvalho & Manita, 2010), apoio familiar (Arteaga & del Valle, 2003) e aos serviços de acompanhamento após a institucionalização (Siqueira & Dell’Aglío, 2006). A busca pela compreensão e estudo do impacto do acolhimento, por vezes, torna-se difícil devido à incapacidade de diferenciar o impacto dos acontecimentos que levaram à institucionalização e o impacto da instituição, per si, no desenvolvimento das crianças e jovens acolhidos (Mersky & Janczewski, 2013).

Para Sanfilippo, Neubourg e Martorano (2012), o impacto do acolhimento institucional e a adaptação pós institucionalização dependem das políticas sociais, das disposições legais e da consequente organização do sistema de proteção de crianças e jovens em risco ou perigo. As características da instituição de acolhimento e a maneira como esta é gerida, apresentam-se como fatores que influenciam em múltiplos aspetos o desenvolvimento das crianças e jovens em que nela se encontram acolhidos (Alberto, 2006). Por isso, Huefner (2018) define oito domínios essenciais para a estruturação e avaliação do sistema de Acolhimento Residencial (AR), *“o planeamento/gestão e organização do serviço do acolhimento; a segurança e proteção de abusos; a manutenção de um clima positivo de bem-estar no grupo; consideração de questões relativas à família e cultura; ambiente menos restritivo; elementos de programação da intervenção; educação, formação e evolução da criança; e preparação/ acompanhamento da saída do AR”*.

Uma instituição de acolhimento orientada para a intervenção, que proporciona as condições necessárias, tais como, a organização do ambiente físico para que se encontre o mais parecido possível com o ambiente familiar e concede à criança/jovem, a possibilidade de participar em diversas atividades e experiências positivas, quer com adultos, quer com os seus pares, e até mesmo em atividades e serviços integrados na comunidade (Zurita & del Valle, 2005; Del Valle, Bravo, Martínez & Santos, 2012) pode também, influenciar positivamente o modo como o processo de acolhimento atua no desenvolvimento da criança. O mesmo não se verifica quando ocorre uma regulamentação e controlo excessivo da vida quotidiana por parte da instituição, faltando espaços disponíveis individuais/privados, em casos de longa duração da institucionalização, e não serem trabalhados e valorizados construtos como a autoestima durante a experiência de acolhimento, colocando assim, em risco o desenvolvimento positivo, autónomo e adaptativo, as capacidades de expressar afetos e a formação de vínculos (Alberto, 2006).

As mudanças físicas, ecológicas e relacionais, resultante das medidas de acolhimento, são frequentemente percecionadas pelas crianças/jovens como perda, abandono e rejeição,

associados a sentimentos de culpa. O ato de afastamento da criança/jovem do seu meio familiar caracteriza-se como uma fonte de stress (Mota & Matos, 2010) que pode colocar em causa as suas competências de resolução de problemas (Shechory & Sommerfeld, 2007), comprometer a construção do autoconceito positivo derivado da ausência das figuras materna e paterna (Silva, 2008) e o desenvolvimento de quadros psicopatológicos depressivos (Bronfenbrenner, 1996). Apesar de existirem riscos, quer na retirada das crianças ou dos jovens em perigo do seu contexto familiar quer, no próprio acolhimento institucional, a medida de retirada e acolhimento atua, muitas vezes, como modo de promoção e recuperação do desenvolvimento biopsicossocial, atendendo aos ambientes familiares desadequados e situações socioeconómicas de pobreza (Bronfenbrenner, 1996). Verifica-se também, que os efeitos negativos do processo de acolhimento institucional tendem a diminuir com o aumento da idade da criança, aquando da retirada à família e da institucionalização (Bronfenbrenner, 1996). Nos casos de crianças vítimas de maus-tratos, a aplicação da medida de acolhimento e consequente retirada da criança do seu contexto familiar, deve ocorrer até aos 7 anos para minimizar as probabilidades de desenvolvimento de perturbações emocionais (Shechory & Sommerfeld, 2007). O estudo conduzido por Emond (2002) reforça a noção de que nem em todos os casos, a experiência de acolhimento residencial é tida como negativa assim como o acolhimento residencial tem capacidade para contribuir positivamente nos casos de crianças e jovens que apresentam perturbações emocionais e comportamentais severas. Os jovens acolhidos apresentaram preferência pelo regime residencial, valorizaram a convivência com os pares que apresentam experiências e vivências similares às suas.

Entre os estudos centrados no impacto do acolhimento residencial, um pequeno número explora as narrativas dos próprios jovens sobre este tipo de medida. A investigação realizada por Santos (2010) analisou as narrativas de jovens adultos sobre as suas experiências de institucionalização na sua infância e ou adolescência e a sua perceção sobre a influência que estas exerceram. A maioria dos entrevistados referiu o primeiro dia na instituição como o “mais difícil”, tal como em outros estudos (Faria, Salgueiro, Trigo & Alberto, 2008; Gomes, 2005). Descreveram sentimentos e emoções associadas a esse dia como, medo, revolta, tristeza, fragilidade, confusão, abandono, estranheza e desejo de fuga. Recordam aspetos negativos no momento da chegada tais como: a entrada repentina; o engano na informação dada pelos familiares; dificuldades na adaptação à dieta da instituição; e separação dos irmãos. Apesar de terem sentido dificuldades em se adaptarem a viver sem a sua família, desenvolveram relações de amizade e consideravam a instituição um ambiente familiar, o que vai ao encontro dos dados

obtidos por outras investigações (Chapman, Wall & Barth, 2004; Legault, Anawati & Flynn, 2006; Faria et al., 2008; SCML, 2004; Gardner, 1996).

Contudo, no que diz respeito à relação entre adultos e crianças ou jovens a percepção de alguns sujeitos é predominantemente negativa ou neutra (Santos, 2010; Gomes, 2005). Com relatos de desigualdade, injustiças, exclusão, tensão/conflito e abuso de poder. Alguns participantes na investigação afirmaram que a instituição deve proporcionar às crianças e jovens acolhidas um acompanhamento na aquisição de competências de vida diária, valorizar o mérito individual, regular a liberdade dada às crianças e jovens institucionalizados, promover a proximidade com as famílias, prevenir, tratar e acompanhar individualmente os jovens, quer ao nível escolar quer no apoio psicológico aquando da preparação do momento da saída.

A maioria dos sujeitos faz uma apreciação positiva sobre o impacto da institucionalização nas suas vidas. Atribuem grande importância, à capacidade que esta vivência teve em quebrar padrões familiares, que permitiram uma melhor vida atual e desenvolvimento da personalidade. Oito sujeitos destacaram o contributo da instituição no desenvolvimento de competências sociais e relacionais, na sua formação escolar e profissional, no enriquecimento do relacionamento interpessoal e integração profissional. Cinco sujeitos referem não ter, até à data da investigação, qualquer relação com a instituição em que estiveram acolhidos (Santos, 2010).

Contudo, nem todos os indivíduos percebem a sua experiência de acolhimento como sendo positiva e benéfica. Estudos demonstram que, indivíduos que possuem um maior número de contactos com instituições de acolhimento ao longo das suas vidas, apresentam uma percepção negativa dessa mesma experiência de institucionalização (SCML, 2004), afirmando que o auxílio positivo e expectável do acolhimento institucional no seu desenvolvimento não se verificou (Oliveira, 2019).

É possível enquadrar e equacionar as convicções da Teoria Racional Emotiva (Ellis & Dryden, 2007) na compreensão do impacto da experiência de acolhimento no desenvolvimento das crianças e dos jovens. Esta teoria defende que os indivíduos não são perturbados pelos acontecimentos, mas sim pela percepção que possuem sobre os mesmos. Defendem também que é possível, através da intervenção realizada nas instituições de acolhimento, reestruturar cognições desajustadas e desadaptativas dos indivíduos e assim minimizar as influências negativas provenientes das medidas de acolhimento e/ou das vivências pré acolhimento.

Neste sentido, cabe ao sistema de proteção e a todos os elementos que o compõem, a responsabilidade de assegurar e promover, sempre, os direitos individuais, sociais, económicos e culturais da criança e do jovem durante todo o processo de intervenção, bem como, potenciar

uma intervenção eticamente orientada por parte de todos os intervenientes (polícia, escola, tribunais, e casas de acolhimento), sem pôr em causa o bem-estar e o desenvolvimento integral da criança e do jovem (Ramião, 2017). Quando se consegue proporcionar um ambiente ritualizado, calmo, previsível e planificado às crianças e aos jovens, a experiência e vivência de acolhimento, parece ser capaz de influenciar de modo positivo o seu desenvolvimento (Zurita & del Valle, 2005; Del Valle, Bravo, Martínez & Santos, 2012). Esse mesmo ambiente torna possível o controlo de comportamentos patológicos e potencia o desenvolvimento de competências sociais básicas (Rygaard, 2008).

Método

O objetivo central desta dissertação é compreender as perspetivas dos jovens sobre a sua experiência de acolhimento residencial. Optou-se por uma abordagem qualitativa semi-indutiva, que possibilita a leitura de diversas “realidades” e, assim, aprofundar e compreender os significados atribuídos pelos participantes sobre as suas experiências de vida, acontecimentos, problemas e relações interpessoais em contexto de acolhimento residencial (Maxwell, 2012).

Participantes

A amostra deste estudo é constituída por 10 jovens² do sexo masculino com idades compreendidas entre os 14 e os 23 anos, que se encontram em situação de acolhimento residencial numa Casa de Acolhimento, ao abrigo do art. 35º, alínea f) da LPCJP (ver anexo 1).

A maior parte destes jovens, esteve apenas na casa de acolhimento onde foram realizadas as entrevistas:

- Carlos é um jovem de 17 anos, possui o 8º ano de escolaridade e encontra-se na instituição há 2 anos.
- António é um rapaz de 17 anos, possui o 10º ano de escolaridade, reside há 1 ano e 2 meses nesta instituição.
- Sérgio é um jovem com 16 anos, possui o 6º ano de escolaridade e encontra-se na presente instituição há 2 anos e 4 meses.
- Rui é um rapaz com 21 anos, tem o 9º ano de escolaridade e reside na instituição há 5 anos.

² Foram atribuídos nomes fictícios a todos os participantes para efeito de anonimato.

- Vasco é um jovem de 17 anos, possui o 10º ano de escolaridade e encontra-se na instituição de acolhimento há 5 meses.
- João é um jovem de 17 anos de idade, possui o 11º ano de escolaridade e encontra-se a cumprir medida de acolhimento nesta instituição há 2 anos e 3 meses.

Quatro jovens cumpriram, previamente, medida de acolhimento temporário noutra instituição:

- Marcelo é um jovem de 18 anos, possui o 9º ano de escolaridade e encontra-se há 2 anos na instituição.
- Tomé é um rapaz de 14 anos, possui o 8º ano de escolaridade e reside na instituição desde há 1 ano.
- Adolfo, um rapaz de 18 anos, possui o 9º ano e cumpre há 7 anos medida de acolhimento residencial nesta instituição.
- Jorge, o jovem mais velho, tem 23 anos de idade e reside há 5 anos nesta casa de acolhimento.

Instrumentos

A recolha de dados do presente estudo foi realizada através da administração de um questionário, adaptado do Guião de Entrevista utilizado no Projeto PROMISE (Matos, Martins, Carneiro, Campos, Ribeiro & Negrão, 2018). O questionário incluía um conjunto de questões para recolha de informação sociodemográfica, nomeadamente, idade, escolaridade e há quanto tempo se encontram na instituição, e incluía também questões de resposta aberta para recolha de informação sobre os seguintes temas: Envolvimento do jovem na Casa de Acolhimento; Mudanças; Futuro; Perspetiva sobre o papel da Casa de Acolhimento.

Procedimentos de recolha e análise de dados

A recolha de dados foi realizada através da aplicação do questionário individualmente. O preenchimento do questionário demorou em média 20 min e foi realizado pelo jovem acompanhado pelo investigador para esclarecimentos de dúvidas.

Foram garantidos todos os procedimentos éticos para a realização do estudo, desde o pedido de autorização à instituição, a assinatura de consentimentos e assentimentos informados e a garantia do anonimato dos participantes através da atribuição de nomes fictícios e da ocultação de informação que facilitasse a sua identificação.

Os dados foram tratados e analisados segundo uma metodologia de Análise de Conteúdo Categorical, possibilitando a análise de trajetórias, percepções e significados atribuídos pelos participantes ao contexto de acolhimento institucional (Bardin, 1977).

Sendo um estudo de natureza exploratória e após a leitura minuciosa de toda a informação recolhida, criaram-se algumas categorias indutivamente a partir dos dados, enquanto outras categorias resultaram da análise previamente realizada no âmbito do projeto PROMISE. A criação e sistematização das categorias teve em conta a polaridade das respostas, a sua frequência e a relevância das mesmas para se atingir os objetivos do estudo (Guerra, 2006).

Resultados

Em seguida serão apresentados os resultados obtidos neste estudo, através da descrição das categorias e subcategorias emergentes da análise (ver anexo 2).

As categorias serão ilustradas com excertos retirados das respostas dos jovens às questões abertas do questionário.

Contactos com instituições e impacto percebido

Todos os jovens relataram ter tido algum tipo de contacto com pelo menos uma das seguintes instituições/profissionais: Psicólogo/a, Assistente Social, Polícia, CPCJ, Advogado/a, Tribunal e Outro. Dos 10 participantes, 7 referem ter tido contacto com a CPCJ, 5 contactaram com um/Assistente Social, 4 com um/a Psicólogo/a, 4 com a Polícia, 4 com o Tribunal e apenas 1 jovem referiu ter contactado com um/a Advogado/a.

A maioria dos jovens relata uma experiência e impacto positivo resultante do contacto estabelecido com as diversas instituições e/ou profissões durante o processo de acolhimento. 3 participantes referem que todas as instituições com que contactaram foram importantes (*“No fundo todas ajudaram-me.”* - Adolfo). O Tribunal foi conotado positivamente por dois participantes, um dos quais salienta, também, a influência positiva do Psicólogo/a (*“Psicólogo e o Tribunal porque foram importantes no meu bem estar e para que eu me tornasse uma pessoa melhor.”* - João). A Polícia foi destacada por três jovens pela sua ajuda (*“A Polícia ajudou-me neste percurso.”* - Rui) e pelo serviço prestado (*“Todas, inclusivamente a Polícia que me mostrou o caminho das instituições.”* - António), a assistente social por 1 participante, a CPCJ por dois jovens.

O Tribunal e a Polícia foram instituições referidas também como tendo tido um impacto negativo no percurso de dois jovens (*“Polícia, acho que não tinham de me quase a obrigar a*

ir para a instituição.” - João); *“Tribunal.”* - Jorge). 1 dos jovens afirmou, *“Na minha experiência nunca tive uma situação destas, mas já conheci amigos que tiveram.”* - Adolfo. Apenas 1 participante considera que nenhuma das instituições assinaladas impactou positivamente o seu percurso, afirmando que todos os contactos estabelecidos foram negativos, independentemente da instituição ou profissão.

Trajetórias Institucionais

Entrada na Casa

No que diz respeito ao primeiro dia, de entrada na Casa de Acolhimento, a maioria dos jovens afirma ter experienciado sentimentos e emoções negativos como tristeza, ansiedade (*“Ansioso, surpreendido e triste.”* - Sérgio), medo e insegurança *“Medo, pânico, desespero, insegurança.”* - João), vergonha (*“Envergonhado”* - Marcelo), frustração e saudades da família (*“Queria estar com os meus pais. Triste, ansioso.”* - Rui).

Um dos jovens demonstrou alguma ambivalência (*“Normal; bem-vindo; chateado.”* - Tomé) e dois participantes afirmam ter sido uma experiência positiva devido às características da instituição em questão (*“A melhor instituição e senti-me feliz.”* – Carlos; *“Na verdade, foi tudo bem tranquilo, eu já sabia para onde ia, embora não compreendesse bem do que se tratava ou como iria ser. Fui bem recebido e bastante ajudado pela equipa.”* - António).

Por fim, um dos jovens parece ter vivido o dia de entrada na instituição como uma etapa “normal”. Este jovem apresenta uma experiência prévia em contexto de acolhimento, assumindo esta entrada numa nova casa de acolhimento como “outro «patamar»” no seu processo de institucionalização, que neste caso requeria a mudança de residência deste jovem ao completar 12 anos de idade.

Rotinas e atividades

A vida diária é descrita como se se desenrolasse em contexto residencial não institucional e não no ambiente “artificial” associado às instituições de acolhimento. A rotina diária depende, na maioria dos casos, das ocupações, atividades e responsabilidades de cada jovem, sendo a Casa de Acolhimento o denominador comum do dia-a-dia (*“Normalmente acordo às 8h para ir para a escola depois saí para almoçar às 13h e às 13:30h vou outra vez para a escola até às 17:45h e depois jantamos às 20h e às 22h subimos para dormir.”* – Sérgio). Foi possível verificar uma diferença, como seria expectável, nas rotinas diárias durante o período escolar e o tempo de férias, o que mais uma vez corresponde à ideia de uma descrição

de uma vida diária “normativa” (“*Enquanto na escola, acordo, tomo o pequeno almoço, etc... vou para a escola, volto da escola e, normalmente, depois de jantar faço coisas para a escola. Enquanto de férias, durmo jogo, jogo, durmo, jogo, como, jogo, durmo, jogo durmo, acordo e repito.*” - António). Foram também referidas pelos jovens as tarefas que desempenham na instituição, como, auxílio na preparação das refeições e organização das suas roupas e pertences (“*Estagiar e nos tempos livres produzir (música) e ajudar nas tarefas.*” - Marcelo; “*Faço atividades na casa e vou para o curso.*” - Jorge).

As atividades e experiências que desenvolvem fora da instituição são também mencionadas (“*Basicamente, acordo vou tomar banho, depois visto-me, desço para tomar o pequeno almoço, preparo-me e vou para a escola. Quando chego da escola, lancho, preparo-me para o treino, quando chego do treino tomo banho, janto e vou dormir.*” – Tomé).

Os jovens manifestam preferência por atividades coletivas e de carácter lúdico. Quatro referem que a sua atividade favorita é jogar futebol (“*Futebol, pois é uma forma de fazer exercício e apanhar ar.*” - Vasco), três indicam que, em tempo de férias, preferem as idas à praia e/ou piscina (“*Ir ao rio porque é a melhor cena do mundo.*” - Carlos; “*Jogar futebol, porque gosto de jogar futebol. Ir de férias, vamos à piscina e ao rio.*” - Rui). Três jovens ocupam o seu tempo em atividades que percecionam como potenciadoras do seu desenvolvimento pessoal e aquisição de competências (“*Jogar e criar, estimula a minha criatividade e aperfeiçoar o meu pensamento analítico.*” - António; “*(...) nos tempos livres produzir (música) (...)*” – Marcelo; “*Ténis de mesa. Ajuda-me a evoluir mais.*” - Jorge).

Dois jovens, no entanto, preferem atividades mais solitárias (“*Estar sozinho.*” - Sérgio) ou outro tipo de atividades em que as interações sociais são mais reduzidas (“*Tocar guitarra, ver animes e ler mangás.*” - Adolfo).

Cinco dos dez jovens, questionados sobre quais as atividades que menos gostavam, referiram as atividades em grupo, reuniões de jovens ou programas e atividades de intervenção grupal desenvolvidas pela psicóloga da instituição (“*Atividades em conjunto com a casa.*” – Sérgio; “*Sessões de Psicologia de grupo (jovens).*” - João); um destes jovens referiu também não gostar de ir à praia (“*Ir à praia e não gosto muito das reuniões em grupo.*” - Marcelo). Dois jovens definem como atividades menos prazerosas, aquelas que dizem respeito à realização de tarefas domésticas e/ou escolares (“*Não gosto de fazer as tarefas da casa e estudar.*” – Adolfo; “*Fazer a cama.*” - Rui). Um dos participantes disse que o que menos gosta de fazer é de dormir (“*(...), sinto que é uma perda de tempo e sempre odeio até dormir. Sou chato para dormir e chato para deixar de dormir.*” - António). Já para dois jovens, não existem atividades que menos gostem.

Relações interpessoais

Todos os jovens atribuem aos adultos da casa de acolhimento em que se encontram, um leque de elogios. Reconhecem neles, características positivas tanto na esfera pessoal, como na profissional (“*Boas pessoas e gostam de ajudar.*” – Marcelo; “*Equipa, união, esforço e empenho.*” - Tomé; “*Impecáveis, bons amigos, sentido de humor e boas pessoas.*” – João; “*Compreensivo, flexível, afetivo protetor.*” - António). Dois jovens apresentam um discurso ambivalente quando descrevem os adultos da casa (“*Lentos*”, *velhos*, *chatos*, *brincalhões* (*alguns*), *são disponíveis, atentos e afirmativos.*” – Adolfo; “*Preocupados, teimosos.*” - Vasco). Porém, é possível, na minha opinião, salientar a conotação positiva da sua resposta pelo facto de os adjetivos menos positivos (“*Lentos*”, *velhos*, *chatos* e *teimosos*) se encontrarem associados aos adultos pela natureza das suas funções profissionais. Como por exemplo, implementação de regras, monitorização e avaliação dos jovens.

Quanto à associação de palavras por parte dos jovens aos outros jovens que se encontram na casa de acolhimento, verifica-se uma grande dificuldade e ambivalência na atribuição de elogios ou no reconhecimento de aspetos positivos. São referidos e salientados os conflitos e os comportamentos ou atitudes desajustadas (“*Únicos, complexos, competências sociais limitadas (eu incluído).*” - António; “*Chatos, agressivos e crianças.*” - Sérgio). Apesar de existir esta dificuldade na atribuição de palavras positivas aos pares, alguns jovens, reconhecem uma sensação de grupo e entreajuda (“*Chatos, irritantes, animados, amigos, malucos.*” – João; “*Dou-me bem e ajudamo-nos uns aos outros.*” - Jorge).

Os adultos tendem a ser encarados, pelos participantes, como figuras seguras e com capacidade de auxiliar os jovens (“*A “M” (técnica) porque ela me ajuda a abrir os olhos (...)*” - Vasco). Dois jovens sentem-se mais próximos e seguros com os adultos do que com os seus pares (“*Adulto. Sinto-me mais à vontade.*” - Jorge). No entanto, é reconhecido por três jovens existir uma maior proximidade e confiança com os pares do que com os adultos (“*Sim, porque tenho mais confiança e é a pessoa que mais desabafa com ele (jovem).*” – João; “*Sim porque é um dos mais calmos e inteligentes (jovem).*” - Sérgio). Três dos participantes afirmam não existir diferença ou preferência entre a sua relação com os pares ou com os adultos (“*Confio em toda a gente. Dou-me bem com todos.*” - Rui).

Apesar de a grande maioria dos jovens identificar e reconhecer a existência de pelo menos uma figura próxima ou uma relação significativa dentro da instituição, dois jovens não o conseguem fazer (“*Não tenho.*” - Marcelo), afirmando que não possuem qualquer relação quer com os adultos, quer com os pares. Um desses jovens tem consciência de que a inexistência

de uma relação próxima com os pares e/ou com os adultos deve-se a questões pessoais (“*Não, infelizmente não. Tem a ver com a minha personalidade.*” - Adolfo).

Significados e experiências de acolhimento

Todos os participantes reportam mudanças positivas resultantes da sua experiência de acolhimento. Assim sendo, 8 jovens fazem referência a questões relacionadas com mudanças de comportamentos (“*Comecei a ir à escola.*” – Carlos; “*(...) Melhorei comportamentos e vou à escola.*” (Rui), 4 participantes reconhecem mudanças do funcionamento cognitivo e emocional (“*(...) gosto mais de mim e sinto-me acolhido.*” – Sérgio; “*Penso de outra maneira. (...)*” – Rui; “*Perdi muitos medos, (...)*” - João), 3 jovens assinalaram o desenvolvimento pessoal e maturidade (“*Evolui bastante. Muito mesmo.*” - António). Por fim, foi relatada por 3 jovens a aproximação ou melhoria da relação familiar (“*Voltar à minha família.*” – Jorge; “*(...) ambiente e casa está mais favorável.*” (Vasco).

Todos os jovens conseguem identificar aspectos que mais gostam na instituição onde se encontram. As atividades e experiências proporcionadas pela Casa de Acolhimento foram as que mais se destacaram, tendo sido referidas por sete dos dez participantes (“*(...) a oferta de experiências únicas que podemos viver, ajuda-nos a crescer de forma mais autónoma e deixamos ter alguma liberdade e confiança.*” - João). Sete jovens destacaram questões relacionadas com intervenção e de conduta da instituição, tais como as regras, direitos e deveres (“*A flexibilidade, o dinamismo, a adaptação, a justiça e injustiça que nos força a pensar e agir.(...)*” – António; “*Poder ter o telemóvel no quarto, o sistema de semanadas, o de níveis (...)* -Sérgio), a comida, o sistema de semanadas (“*Semanadas, comida, atividades e experiências, férias, vivências.*” - Adolfo), a autonomia dada aos jovens (“*(...) saídas, autonomia, semana.*” – Tomé) e a relação com os adultos. 5 jovens reconhecem que a relação com os adultos da casa e a interação com os mesmos é um fator que valorizam e que pode influenciar positivamente os jovens (“*A localização, o espaço que a casa tem, a interação jovens /adultos, o ambiente de convívio e a ajuda que nos é proporcionada.*” – Vasco; “*(...) os adultos têm uma conexão connosco e a casa em si.*” - Sérgio). O ambiente de convívio e a relação com os pares são mencionados por 3 participantes.

É interessante ver que os aspectos que os jovens menos gostam na Casa de Acolhimento dizem respeito a questões muito similares às referidas anteriormente, demonstrando a ambivalência das suas opiniões. Sete jovens fazem referência às regras e funcionamento da instituição (“*Não sei, ir à escola e acordar cedo.*” – Carlos; “*Tarefas, (...) pouco organizada (gestão da casa).*” - Adolfo), às avaliações internas (“*(...) avaliações.*” - Tomé), à falta de

autonomia (“*O radicalismo das regras, (...) as regras que nos limitam o desenvolvimento de gestão livre e autónoma.*” - António) e às dinâmicas e relação com os adultos (“*A desconfiança a nós, a impulsividade de alguns adultos, os horários.*” – Sérgio; “*chatos (monitores), (...).*” - Adolfo). São também mencionadas as relações, por vezes conflituosas, entre jovens (“*(...) aturar jovens que não gosto.*” - João).

Porém, destacam-se as narrativas de injustiças e ou desigualdades, seis jovens apontam “*Os conflitos, os berros desnecessários, a injustiça criada pelos monitores, os jovens favoritos, a desigualdade.*” – Vasco; “*Injustiças, “cólinhos” (...)*” - Tomé) como “aquilo que menos gostam na instituição”. Três jovens afirmaram não ter nada de negativo a reportar (“*Não tenho.*” - Marcelo; “*Nenhuma.*” - Jorge).

Futuro

Sobre as expectativas relativamente ao futuro, as respostas dos jovens variam entre o desenvolvimento académico, a obtenção de um emprego, constituição de família e a saída da instituição. 4 participantes relatam vontade de continuar com os estudos (“*Eu quero ter mais um curso para ter equivalência ao 12º ano e depois ir para a faculdades.*” - Sérgio). A procura de emprego e a obtenção de um cargo profissional é mencionada por 6 jovens (“*Ir trabalhar.*” - Carlos). O desejo de constituição de uma família é mencionado por 4 jovens. Dois dos participantes referem, também, que para isso é necessário sair da instituição (“*Sair da CV e arranjar um emprego.*” - Marcelo). Apenas um jovem diz não saber quais os seus planos para o futuro (“*Não sei.*” - Tomé).

Quando questionados sobre qual o trabalho ou profissão que gostariam de ter, os jovens forneceram respostas diversas, como era expectável. No entanto, 3 jovens pretendem ser cozinheiros/chefes de cozinha, isto encontra-se relacionado com os estudos destes jovens, todos eles frequentam um curso profissional de cozinha (“*Cozinheiro/ chefe*” - Vasco). Um dos jovens pretende seguir a via militar (“*Militar*” - Carlos), outro participante deseja ser “*Designer, Argumentista/ revisor ou escritor.*” - António e, um jovem gostaria de ser bombeiro (“*Bombeiro*” - Rui). Existe a vontade da parte de um dos jovens em trabalhar com animais (“*Trabalhar com animais.*” - Adolfo) e outro deseja “*Trabalhar num restaurante.*” – Jorge. O mesmo jovem que anteriormente diz não saber quais os seus projetos para o futuro, manteve a postura em relação à ocupação profissional (“*Não sei.*” - Tomé). Curiosamente um dos jovens pretende ser “*Psicólogo ou Advogado*” – Sérgio, escolha curiosa, devido ao facto de o mesmo, ter apresentado perceção negativa perante o seu contacto com Psicólogos e pela relação destas profissões com a o acolhimento institucional que o mesmo vivencia. Porém, o jovem, pode

reconhecer a importância que estas profissões possuem em contexto institucional e aproveitar a sua experiência pessoal para o desempenho das suas funções como Psicólogo ou Advogado.

Alguns jovens (4) afirmam que se sentem preparados para sair da Casa de Acolhimento. Um desses participantes relata que se sente preparado pois a sua relação com a família melhorou (“*Sim porque estou melhor com a minha família.*” - Marcelo), outro jovem afirma que podia sair pois tinha a sua família para o acolher (“*Sim porque tenho a minha família.*” - Carlos). Um dos jovens menciona que se sente preparado para sair, mas que ainda há espaço para melhorias no seu desenvolvimento, “*Sim, porque penso conseguir lidar com o mundo lá fora. Mas não quero, posso e vou aprender mais e melhorar mais.*” - António). Por último, 1 dos 4 jovens que dizem sentir-se preparados para abandonar a instituição, tem esta opinião pois considera que “*(...) acho que já fiz o meu percurso e não tenho nada a melhorar.*” - João).

Contudo, a maioria dos jovens (6) não se sente preparada para a saída. 5 destes jovens consideram que iriam ter dificuldades nas suas vidas, caso saíssem neste momento da instituição (“*Não. Ainda não estou preparado para a minha vida.*” - Rui). O outro jovem, acha que não se sente preparado por reconhecer que é necessário um desenvolvimento de capacidades e competências (“*Não, sinto que ainda há uma evolução que tem de ser feita por mim.*” - Tomé).

Os 10 participantes pretendem manter contacto com a instituição em que se encontram após o término da medida de acolhimento e consequente saída, isto deve-se ao facto de se sentirem ajudados pela equipa da Casa de Acolhimento e por estas terem estado presentes numa fase de extrema importância para a vida de qualquer indivíduo, a adolescência (“*Sim, porque foram pessoas muito importantes para mim e que me incentivaram a nunca desistir dos meus objetivos.*” – João; “*Claro, foram uma fase positiva e de evolução para mim.*” - Tomé), o que salienta a boa relação vivida entre os jovens e os adultos da instituição e como isso é valorizado por eles.

Nove jovens consideram que a instituição onde se encontram atualmente é diferente, positivamente, de outras casas de acolhimento. Apenas 4 destes jovens tiveram, em algum momento da sua vida, contacto com outra instituição. Salientam, a capacidade de adaptação às necessidades individuais dos jovens (“*Pois é mais aberta às nossas necessidades.*” – Vasco; “*Sim a Casa importa-se com a opinião dos jovens.*” - Sérgio), o caráter aberto, que permite a saída dos jovens da instituição (“*(...) deixa-nos sair.*” - Carlos) e a promoção de autonomia, quer pelas regras impostas, quer pelas oportunidades ao seu dispor (“*Sim, em lavagens, dias de roupa e nas tarefas.*” – Marcelo; “*Sim, porque a nível de regras e exigências, oportunidades de desenvolvimento e autonomia.*” - Adolfo). Mais uma vez ocorre uma valorização das relações entre os jovens e os adultos, potenciadora de um desenvolvimento positivo e de

sentimentos de pertença e confiança (“*Sim, na maneira como é feita a interação com os jovens e como a casa é gerida.*” – Tomé; “*Acho, porque a casa permite que haja liberdade e confiança.*” - João). Todavia, um dos jovens que descreve a instituição como “melhor que outras” reconhece a existência de falhas por parte da instituição “(*...*) *São bastante flexíveis e adaptativos aos jovens, embora com algumas falhas.*” - António). Somente um jovem disse não saber se a Casa de Acolhimento em que reside apresenta diferenças quando comparada com outra instituição, isto deve-se ao facto de não ter tido contacto com nenhuma outra (“*Não conheço mais nenhuma.*” - Rui).

Sete jovens julgam não existir necessidade de mudanças na instituição (“*Não devia mudar nada.*” – Marcelo; “*Acho que a casa está bem organizada.*” - João) e um jovem não sabe o que poderia mudar. Um participante diz ser necessária a realização de obras e de fornecer a todos os jovens um espaço privado (“*Cada um deve ter o seu espaço (privacidade), obras.*” - Adolfo). Por fim, um jovem deixa uma resposta um pouco enigmática “*Quem faz as leis são geralmente, aqueles que mais isentos delas estão.*” - António).

Foi dada a oportunidade aos jovens para, caso assim quisessem, colocar ou acrescentar mais alguma informação que achassem relevante ou pertinente. Dois deles decidiram, assim, enaltecer o trabalho realizado pelos profissionais daquela Casa de Acolhimento e o impacto positivo que a sua experiência trouxe, e traz, para as suas vidas (“*Tem sido uma experiência boa, obtive um crescimento tanto a nível pessoal como familiar e isso proporcionou-me novos horizontes que até agora foram todos positivos e do meu agrado.*” (Tomé), embora um destes jovens considere que deve existir mais flexibilidade e adaptabilidade por parte da instituição (“*Excelente instituição, e acrescentou em muito e se adaptou às minhas necessidades. Mas precisa de ser mais liberal com quem pode e mais rígido com quem precisa.*” – António). Mais uma vez é possível verificar que as questões negativas da instituição e apontadas por este jovem dizem respeito a injustiças e ao facto de as regras serem diferentes dependendo das características e necessidades de cada jovem, o que pode ser justificado pela grande diferença que este jovem sente quando comparado com os seus pares.

Discussão

Como foi referido anteriormente, todos os participantes afirmam que tiveram, em algum momento das suas vidas, contacto com instituições ou com profissionais como, Psicólogo, Assistente Social, Polícia, CPCJ, Tribunal e Advogado. Quatro deles, apresentam uma trajetória de vida pautada pela passagem por mais do que uma instituição de acolhimento.

A literatura demonstra que os jovens com maior número de contactos com diferentes instituições e com experiências de acolhimento mais longas, tendem a apresentar percepções negativas sobre estas experiências e respetivo impacto no seu percurso (Oliveira, 2019; SCML, 2004).

Neste estudo, vivências como o primeiro contacto com a instituição e a separação em relação à família são também percecionadas negativamente. É possível verificar que, para a maioria dos jovens, o primeiro contacto que estabeleceram com o acolhimento institucional é descrito como tendo sido uma experiência negativa devido aos sentimentos e emoções associados ao acontecimento (Faria, Salgueiro, Trigo & Alberto, 2008; Gomes, 2005; Santos, 2010). O processo de acolhimento é, em muitos casos, o momento de confrontação com a realidade de negligência e incapacidade parental (Mota & Matos, 2010), resultando em sentimentos de culpa, abandono, solidão e perda.

Contudo, a maior parte dos jovens do nosso estudo, reconhece que a experiência de acolhimento trouxe mudanças positivas para o seu desenvolvimento e para a sua trajetória de vida. Esta perspetiva é partilhada mesmo por aqueles que estiveram em múltiplos contextos de acolhimento, por um período igual ou superior a 5 anos.

A percepção positiva da experiência geral de acolhimento que é apresentada e descrita por todos os jovens pode ser suportada pelo carácter autobiográfico da informação partilhada pelos mesmos, pois, estas narrativas resultam de um exercício cognitivo em que se tenta compreender o passado, o presente e se realiza uma projeção do futuro (McAdams, 2001), através do enquadramento das suas histórias de vida no contexto em que decorreram, o que possibilita que os jovens consigam dar significado às suas experiências de vida e ao mundo (Bruner, 1987; Vieira & Henriques, 2013). Isto pode traduzir-se na ideia de que, a percepção dos jovens é na verdade o posicionamento atual destes indivíduos sobre os acontecimentos e não, o que realmente sentiram em determinados momentos. As percepções dos jovens sobre os acontecimentos são tão ou mais importantes do que a experiência ou acontecimentos em si (Ellis & Dryder, 2007; Dell’Aglia, 2000). Logo, a percepção positiva da experiência de acolhimento que os participantes deste estudo apresentam é o resultado da atribuição, por parte dos jovens, de significados positivos sobre a sua realidade em acolhimento, a sua influência nas suas trajetórias de vida e desenvolvimento (Zurita & del Valle, 2005) e pela valorização das relações estabelecidas (Chapman, Wall & Barth, 2004; Legault, Anawati & Flynn, 2006; Faria *et al.*, 2008; SCML, 2004).

A seguir, apresentamos três dimensões específicas que surgiram como fundamentais no modo como os jovens participantes do nosso estudo atribuem significados às suas experiências de acolhimento: a importância das relações significativas, a normalização do acolhimento e os desafios da saída.

A importância das Relações Significativas

Apesar de os participantes apresentarem dificuldade em atribuir elogios ou adjetivos positivos aos seus pares, quase todos (8) conseguem identificar pelo menos uma relação significativa e positiva no contexto de acolhimento. A percepção positiva e a satisfação que os jovens apresentam sobre a sua experiência de acolhimento institucional parece assentar, em larga medida, nas relações positivas que desenvolvem e mantêm dentro da Casa de Acolhimento, sobretudo com os adultos (Chapman, Wall & Barth, 2004; Legault, Anawati & Flynn, 2006; Faria *et al.*, 2008; SCML, 2004). Existe um reconhecimento, por parte dos jovens, do esforço e dedicação da equipa técnica da instituição de acolhimento onde se encontram, através de um acompanhamento positivo e um ambiente seguro, estruturado e potenciador do desenvolvimento. Esta evidência contrasta com os resultados de uma outra investigação conduzida em Portugal, que demonstra que jovens em situação de acolhimento institucional tendem a descrever de forma negativa ou neutra os adultos, caracterizando-os como pouco competentes, indisponíveis emocionalmente para as necessidades e interesses individuais de cada jovem (Gomes, 2005).

Segundo Bowlby (1969) e a teoria da vinculação, as relações afetivamente estáveis, consistentes e positivas com figuras significativas permitem uma reestruturação das bases seguras nos jovens, uma adaptação resiliente e um desenvolvimento emocional, psicossocial e relacional positivo e adaptativo. Então, as relações percebidas como positivas por parte dos jovens, resultado do contacto diário com os membros da equipa da casa de acolhimento, podem constituir-se como um ponto de viragem na trajetória de vida destes jovens, tornando possível uma reestruturação do significado da relação dos jovens com o mundo (Bowlby, 1969). Significado esse que, muitas vezes, se encontra corrompido pelas vivências que estão na génese do acolhimento. Estas relações significativas proporcionam aos jovens sentimentos de pertença, de segurança, estabilidade e proteção (McKenzie, 1999), aumento da autoestima e autocontrolo (Brooks, 1994). Influencia positivamente a percepção dos jovens quanto ao seu próprio bem-estar subjetivo (Lee, & Yoo, 2015; Lima, & Morais, 2018), pois, as crianças e os jovens definem o seu nível de qualidade de vida pela relação que mantêm com a família e com os pares

(Bradshaw, 2015). E ainda diminui a probabilidade de uma trajetória desenvolvimental desadaptativa (Grossmann & Grossmann, 2005).

Outros fatores que podem influenciar positivamente a percepção dos jovens sobre a sua vivência em contexto de acolhimento institucional, dizem respeito às suas características individuais, às características dos serviços, às condições e relação com a família (Carvalho & Manita, 2010), às experiências proporcionadas pela instituição e aos serviços de acompanhamento após institucionalização saída da instituição (Siqueira & Dell’Aglia, 2006).

A normalização do acolhimento

Como vimos, alguns jovens percebem positivamente a sua experiência de acolhimento, e tal pode ser relacionado com as figuras significativas que encontram e com as relações positivas que estabelecem. É, contudo, importante salientar que, alguns jovens do nosso estudo, parecem não apenas perceberem como positiva, mas mesmo “normalizar” a sua trajetória de institucionalização. Efetivamente, ao longo da análise dos dados obtidos neste estudo, foi possível observar uma narrativa de “normalização” da institucionalização e da experiência de acolhimento. Nomeadamente, quando os jovens utilizam a expressão “casa” para se referirem à instituição, e quando usam expressões como “normalmente” e “basicamente” para descreverem a sua rotina diária. Destacam-se as respostas dadas por Adolfo ao longo do questionário. Este jovem, que se encontra em situação de acolhimento há já 8 anos, teve experiência prévia em outra instituição e apresenta a sua entrada na instituição atual como tendo sido o caminho esperado no seu processo de acolhimento. Estas narrativas encontram-se presentes, também, em outro estudo que pretendia analisar a percepção e significados de indivíduos com experiências em acolhimento. Alguns indivíduos, agora adultos, classificam a sua passagem pela instituição como “normal” e o ambiente vivido dentro da mesma de “ambiente familiar normal” se tratasse (Santos, 2010; Gardner, 1996).

Pelas recomendações que têm sido feitas, existe um esforço deliberado por parte das instituições para que o processo de acolhimento seja vivido e percebido pelas crianças e jovens como o mais «normal» possível (Zurita & del Valle, 2005; Del Valle, Bravo, Martínez & Santos, 2012). A normalização do contexto de acolhimento é um princípio que tem em consideração a manipulação do meio para potenciar o desenvolvimento dos jovens. Isto torna-se possível pela aproximação do ambiente físico de uma instituição com o ambiente familiar “normal”, a que muitos dos jovens em situação de acolhimento nunca tiveram acesso, quer na construção e organização dos espaços, quer nas dinâmicas, rotinas e intervenção das Casas de Acolhimento (Del Valle, Bravo, Martínez & Santos, 2012). Este princípio pretende, também,

diminuir as diferenças entre as experiências diárias das crianças e jovens em situação de acolhimento e os pares que não se encontram neste contexto, bem como, a normalização das interações sociais destes indivíduos, aumentando a probabilidade de uma futura inserção social plena.

O facto de se poder “normalizar” um processo como o acolhimento residencial pode ser visto com alguma estranheza, dado o consenso sobre a relevância dos laços familiares para o desenvolvimento das crianças e jovens. Porém, para muitas crianças e jovens, o contexto institucional torna-se frequentemente o único contexto a que têm acesso durante o seu desenvolvimento. A construção do *self* e da identidade destes jovens, encontra-se assim, dependente da sua história de vida e da sua perceção sobre a mesma, do contexto em que se encontram inseridos (Bruner, 1997; Valsiner, 1989) e das interações que estabelecem com os cuidadores (Harter, 2006). Facilita, assim, uma apropriação e normalização de todas as nuances associadas à experiência em contexto de acolhimento e a construção de uma identidade socioculturalmente contextualizada. Também a autora Faria e os seus colegas (2008), consideram a possibilidade de existir uma “formatação” do discurso e da perceção dos jovens acolhidos devido à influência exercida pelo contexto. Para os autores essa “formatação” manifesta-se, tal como se verifica na presente dissertação, através de narrativas ambivalentes ou contraditórias sobre determinadas questões referentes às regras e às normas da instituição.

A normalização da experiência de acolhimento pode ser considerada positiva durante a vivência de acolhimento, mas poderá ter consequências menos positivas a longo prazo, quando o jovem necessitar de conduzir uma vida autónoma fora da instituição.

Os desafios da Saída

Como referimos no ponto anterior, o contexto de acolhimento é, para muitos jovens, e durante muito tempo, a “família” com quem partilham experiências, vivências e momentos de desenvolvimento pessoal. Assim, a possibilidade de saída do contexto a que chamam “casa” e o conseqüente afastamento das figuras que aí consideram ser significativas pode, de algum modo, apresentar-se como um acontecimento de elevado stress para estes jovens. Talvez por isso, a maioria dos jovens deste estudo revelam reatar o momento da saída da casa de acolhimento e afirmam não se sentirem preparados para esse momento. A origem desta perceção negativa de autonomia pode, em nosso entender, estar relacionada não só com a normalização do processo de acolhimento, mas também com o facto de todos estes jovens se encontrarem em situação de acolhimento por motivos relacionados com as suas famílias. Ainda que, como referimos anteriormente, as figuras significativas da casa de acolhimento possam

contribuir para a reestruturação de significados sobre as experiências prévias e constituir-se como pontos de viragem nas trajetórias dos jovens, podem não ser suficientes para colmatar o impacto das experiências adversas no contexto familiar que estiveram na origem do acolhimento. Nomeadamente, questões de negligência, instabilidade, violência, conflitos ou inexistência de família nuclear e/ou alargada. Sabe-se que, a relação com a família e a necessidade da sua presença e contacto são, também, questões fundamentais no desenvolvimento de autonomia nos jovens e potencia a intervenção realizada na instituição (Arteaga & del Valle, 2003).

Verifica-se que, quando o final da medida de acolhimento e a saída da casa se aproximam, os jovens que não possuem retaguarda familiar integram projetos de vida de autonomização (38%) (CASA, 2018), podendo passar por residirem em Casas de Autonomia. Segundo o art. 2º do Decreto-Lei n.º 42/2018, de 12 de junho, *“As casas de autonomia são unidades residenciais que têm por finalidade acolher temporariamente os jovens em período de supervisão intensiva e facultar-lhes um quotidiano personalizado de tipo familiar no qual se criem as condições de aproximação ao contexto real da sua futura reintegração social”*.

Outros fatores que devem ser tidos em conta para leitura destes dados são, a sintomatologia psicológica associada aos jovens institucionalizados, sintomas depressivos, um desempenho escolar inferior (Dell’Aglío & Hutz, 2004), dificuldades emocionais e problemas de comportamento (Pasian & Jacquemin, 1999), sentimentos de solidão, irritabilidade e, défices, no desenvolvimento da linguagem, motor e do funcionamento intelectual e psicossocial (Bahls, 2002; Velarde & Martínez, 2008), que podem influenciar a capacidade destes jovens em viverem fora do sistema de acolhimento e/ou, moldar negativamente a perceção que os indivíduos possuem sobre as próprias capacidades e competências (Friedberg & McClure, 2004).

Todos estes fatores, desde a falta de retaguarda familiar, as características individuais dos jovens, as razões que levaram ao acolhimento, até à normalização do acolhimento, prolongam a vivência destes indivíduos em contexto de institucionalização e dificultam a transição para uma vida autónoma e, conseqüentemente, a inclusão social destes jovens.

Conclusões

Existe uma conceção generalizada de que o acolhimento residencial é uma “sentença” para os jovens e que as suas vidas serão sempre influenciadas negativamente por esta

experiência. Como foi referido anteriormente, há evidência de que os jovens com experiência de acolhimento residencial apresentam diversos problemas, como sintomatologia depressiva, dificuldades emocionais, problemas de comportamento, sentimentos de solidão, baixa autoestima e défices no desenvolvimento. Mas sabe-se que o potencial impacto negativo do acolhimento depende de características individuais das crianças e jovens e das suas famílias, bem como de características das casas de acolhimento e do seu funcionamento.

As narrativas dos jovens participantes no nosso estudo sobre a instituição em que estão acolhidos, parecem apontar no sentido de esta responder adequadamente às suas necessidades, facilitar as relações entre todos os intervenientes da casa (jovens e adultos), estimular a aprendizagem de coisas novas, possibilitar um desenvolvimento autónomo e, por fim, permitir a promoção dos direitos individuais, sociais, económicos e culturais jovem durante o acolhimento residencial. Estes resultados parecem indicar que a intervenção e a gestão da casa de acolhimento em que foram recolhidos os dados, segue o conjunto de diretrizes alinhadas com bases científicas para a construção, avaliação e implementação da intervenção juntos dos jovens, pautando-se pela consistência da intervenção e pela formação da equipa técnica. Estas características potenciam uma experiência positiva de acolhimento e influenciam positivamente a perceção dos jovens sobre essa experiência e sobre o impacto do acolhimento no desenvolvimento de competências e na quebra de padrões de comportamentos e trajetórias desadaptativas.

O potencial impacto negativo do acolhimento depende também da preparação para a saída e do acompanhamento após a institucionalização. Os dados obtidos nesta investigação demonstram que a normalização do acolhimento, apesar de relacionada com um princípio básico do acolhimento residencial de crianças e jovens e considerada de extrema importância para uma boa adaptação e integração dos jovens neste contexto, pode trazer dificuldades a longo prazo para os jovens, nomeadamente na saída da instituição para um contexto de maior autonomia. Reconhecendo as dificuldades, nestes contextos, em balancear o controlo e supervisão e a liberdade necessária para que o desenvolvimento autónomo ocorra, entendemos que seria essencial um maior investimento por parte das instituições na promoção de competências de autonomia e na preparação para a saída. Em paralelo, seria importante que o Estado seguisse as recomendações do relatório CASA (2018), alargando a resposta e oferta a nível de habitação e de oportunidades preparadas para potenciar as competências de autonomia e a inclusão social destes jovens.

Apesar de considerarmos que os objetivos desta investigação foram alcançados, seria uma mais-valia, em investigações futuras, recolher dados através da realização de entrevistas

semiestruturadas, potenciando uma melhor compreensão das percepções dos jovens sobre o contexto de acolhimento residencial. Esse era o plano inicial quando desenhámos a metodologia deste estudo, mas foi necessário adaptar os instrumentos e procedimentos de recolha de dados devido à pandemia COVID-19. Consideramos também pertinente, em investigações futuras, a replicação deste estudo em outras Casas de Acolhimento, em diversas zonas geográficas do país e em instituições que acolham jovens do sexo feminino ou de ambos os sexos.

Referências Bibliográficas

- Alberto, I. M. M. (2006). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina, 2006.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Andrade, S., Santos, P., & Costa, A. P. (2015). *Crianças em Acolhimento Institucional-Bem-Estar Emocional e Implicação*. *Ciaiq*2014, 1(0), 240–246.
- Bahls, S. C. (2002). *Aspectos clínicos da depressão em crianças e adolescentes*. *Jornal de Pediatria*, 78(5), 359-366.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Attachment*. *Attachment* (1). New York: Basic Books. <https://doi.org/10.1177/000306518403200125>
- Bradshaw, J. (2015). *Subjective well-being and social policy: Can nations make their children happier?*. *Child Indicators Research*, 8(1), 227-241.
- Bravo Arteaga, A., & Fernández del Valle, J. C. (2003). *Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residencias de protección: Un análisis comparativo con población normativa*. *Psicothema*, 15 (1).
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (obra original publicada em 1979).
- Brooks, R. B. (1994). *Children at risk: Fostering resilience and hope*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 64(4), 545-553.
- Bruner, J. (1987). *Life as narrative*. *Social Research*, 54(1), 11-32.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Cano, M. R., & Hermosa, R. E. (2000). *Manual de la Buena Práctica para la Atención Residencial a la Infancia y Adolescencia: Estándares de calidad para la atención a los niños y adolescentes en dispositivos residenciales*. Madrid: Federación de Asociaciones para la Prevención del Maltrato Infantil.
- Carvalho, T., & Manita, C. (2010). *Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição*. Actas do VII simpósio nacional de investigação em psicologia.
- Chapman, M., Wall, A., & Barth, R. (2004). *Children's voices: The perceptions of children in foster care*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74(3) 293-304.

CNPDPJCJ. (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*, 105. Retrieved from <https://www.cnpdpjcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica.aspx>

Crosson-Tower, C. (2007). *Exploring child welfare: A practice perspective*. (4th ed.). Boston: MA: Pearson Education.

Del Valle, J. F., Bravo, A., Martínez, M., & Santos, I. (2012). *Equar: Estándares de calidad en acogimiento residencial*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.

Dell'Aglio, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes* (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil).

Dell'Aglio, D. D., & Hutz, C. D. (2004). *Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 351-357.

DePanfilis, D., & Zlotnik, J. L. (2008). *Retention of front-line staff in child welfare: A systematic review of research*. *Children and Youth Services Review*, 30(9), 995-1008.

Ellis, A., & Dryden, W. (2007). *The practice of rational emotive behavior therapy*. Springer publishing company.

Emond, R. (2002). Understanding the resident group. *Scottish Journal of Residential Child Care*, 1, 30-40.

Faria, S. M. A. M., Salgueiro, G., Trigo, L. R., & Alberto, I. M. M. (2008). *As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização*.

Fernández, J., Álvarez E. & Bravo A. (2003). *Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infancia*. *Infancia y Aprendizaje*, 26 (2), Universidad de Oviedo.

Fernández, T. (1996). *La infancia delinvente y abandonada*. In J. M. Borrás Llop (Dir.), *Historia de la infancia en la España contemporánea* (pp. 1834-1936). Madrid: Ministério de Trabajo e Asuntos Sociales

Friedberg, R., & McClure, J. (2004). Trabalhando com crianças e adolescentes deprimidos. *A prática clínica de terapia cognitiva com crianças e adolescentes*, 146-172.

Gardner, H. (1996). *The concept of family: Perceptions of children in family foster care*. *Child Welfare*, 75, 161-182.

Gilbert, N., Parton, N., & Skivenes, M. (2011). *Child protection systems: International trends and orientations*. New York: Oxford Press. ISBN 978-0-19-979335-8.

Gomes, M. P. (2005, Coord.). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais do ISCTE.

Gonçalves, M. J., & Sani, A. I. (2013). *Instrumentos jurídicos de proteção às crianças: do passado ao presente*. E-cadernos CES, 20, 2013, 186-200. doi: 10.4000/eces.1728

Gonçalves, O. (2000). *Viver narrativamente: A psicoterapia como adjectivação da experiência*. Coimbra: Quarteto.

Grossmann, K., Grossmann, K. E., Kindler, H., & Waters, E. (2005). *Early care and the roots of attachment and partnership representations*. Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies, 98-136.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Lucerna.

Harter, S. (2006). *The self*. In N. Eisenberg, W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology* (pp. 505-570). New Jersey: John Wiley & Sons.

Horwitz, S. M., Chamberlain, P., Landsverk, J., & Mullican, C. (2010). *Improving the mental health of children in child welfare through the implementation of evidence-based parenting interventions*. Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research, 37(1-2), 27-39.

<https://doi.org/10.22235/cp.v12i2.1689>

Huefner, J. C., Ringle, J. L., Chmelka, M. B., & Ingram, S. D. (2007). *Breaking the cycle of intergenerational abuse: The long-term impact of a residential care program*. Child Abuse & Neglect, 31, 187-199.

Huefner, Jonathan C. *Crosswalk of published quality standards for residential care for children and adolescents*. Children and Youth Services Review 88 (2018): 267-273.

Instituto da Segurança Social. (2012). *CASA 2012 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. ISS, Lisboa.

Instituto da Segurança Social. (2017). *CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. ISS, Lisboa

Instituto da Segurança Social. (2018). *CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. ISS, Lisboa

Jonson-Reid, M., Scott Jr, L. D., McMillen, J. C., & Edmond, T. (2007). *Dating violence among emancipating foster youth*. Children and Youth Services Review, 29(5), 557-571.

Lee, B., & Yoo, M. (2015). *Family, school, and community correlates of children's subjective well-being: An international comparative study*. Child Indicators Research, 8(1), 151-175. <https://doi.org/10.1007/s12187-014-9285-z>

Legault, L., Anawati, M., & Flynn, R. (2006). *Factors favoring psychological resilience among fostered young people*. *Children and Youth Services Review*, 28, 1024-1038.

Lima, R., & Morais, N. (2018). *Subjective well-being of children and adolescents: Integrative review*. *Ciências Psicológicas*, 12(2), 249-260.

Matos, R., Martins, F., Carneiro, A., Campos, L., Ribeiro, L., & Negrão M. (2018). *Young people with paths of psychosocial risk and deviant behaviour (case study report)*. Porto: CEDH – Research Centre for Human Development, Universidade Católica Portuguesa. Published online <http://www.promise.manchester.ac.uk/wp-content/uploads/2018/06/Young-people-with-paths-of-psychosocial-risk-and-deviant-behaviour.pdf>

Maxwell, J. A. (2012). *Qualitative research design: An interactive approach*, (41). Sage publications.

McAdams, D. P. (2001). *The psychology of life stories*. *Review of General Psychology*, 5(2), 100-122.

McKenzie, R. B. (1999). *Rethinking orphanages. Rethinking orphanages in the twenty-first century*, 21, 1-20.

Mersky, J. P., & Janczewski, C. (2013). *Adult well-being of foster care alumni: Comparisons to other child welfare recipients and a non-child welfare sample in a high-risk, urban setting*. *Children and Youth Services Review*, 35, 367–376.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). *Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação*. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). *Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo*. *Análise psicológica*, 28(2), 245-254.

Oliveira, A. C. M. D. (2019). *Trajetórias em instituições de controlo: perspetivas de jovens* (Doctoral dissertation).

Pasian, S. R., & Jacquemin, A. (1999). *O auto-retrato em crianças institucionalizadas*. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 9(17), 50-60.

Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S., & Baptista, J. (2010). *Desenvolvimento, psicopatologia e apego: estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 222–231. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200004>

Ramião, T. A. (2017). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: Anotada e comentada* (8). Lisboa: Quid Juris.

Ramião, T. D. A., & Ramião, T. D. A. (2006). *Lei de protecção de crianças e jovens em perigo: anotada e comentada: jurisprudência e legislação conexa*. Quid Juris.

Rygaard, N. P. (2008). *El niño abandonado. Guía para el tratamiento de los trastornos de apego*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Sanfilippo, M., Neubourg, C., & Martorano, B. (2012). *The Impact of Social Protection on Children: A review of the literature*. Florence: UNICEF Office of Research.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2004). *Estudo das Trajectórias de Vida das Crianças e Jovens Saídas dos Lares da SCML: 1986 - 2001*.

Santos, M. A. M. D. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco: a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos* (Master's thesis).

Shechory, M., & Sommerfeld, E. (2007). *Attachment Style, Home-Leaving Age and Behavioral Problems Among Residential Care Children*. *Child Psychiatry & Human Development*, 37, 361-373.

Silva, A. (2008). *O auto-conceito em crianças e adolescentes em acolhimento institucional*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Silva, C., Lemos, I., & Nunes, C. (2013). *Acontecimentos de vida stressantes, psicopatologia e resiliência em adolescentes institucionalizados e não-institucionalizados*, 14(2), 348–355.

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). *O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura*. *Psicologia & sociedade*, 18(1), 71-80.

Taussig, H. N. (2002). *Risk behaviors in maltreated youth placed in foster care: A longitudinal study of protective and vulnerability factors*. *Child Abuse & Neglect*, 26, 1179–1199.

Valsiner, J. (1989). *Human development and culture: The social nature of personality and its study*. Lexington, MA: Lexington Books.

Velarde, M. C. C., & Martínez, P. (2008). *Perspectiva temporal futura en adolescentes institucionalizados*. *Revista de Psicología*, 26(2), 255-276.

Vieira, A. G., & Henriques, M. (2013). *Análise narrativa da identidade a partir de um estudo de caso. Histórias de vida em educação: a construção do conhecimento a partir de histórias de vida*.

Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Zurita, J. F., & Valle, F. Del (2005). *Acogimiento Residencial*, in Manual de Protección Infantil. Barcelona: Masson.

Anexos

Anexo 1: Participantes

	Idade	Escolaridade	Há quanto tempo está na instituição	Esteve noutra instituição	A Casa trouxe mudanças para a sua vida
Carlos	17	8º ano	2 anos	Não	Sim
António	17	10º ano	1 ano e 6 meses	Não	Sim
Marcelo	18	9º ano	2	Sim	Sim
Sérgio	16	6º ano	2 anos e 4 meses	Não	Sim
Rui	21	9º ano	5 anos	Não	Sim
Vasco	17	10º ano	5 meses	Não	Sim
Tomé	14	8º ano	1 ano	Sim	Sim
João	17	11º ano	2 anos e 3 meses	Não	Sim
Adolfo	18	9º ano	7 anos	Sim	Sim
Jorge	23	9º ano	5 anos	Sim	Sim

Anexo 2: Esquematização Categorical

Contactos com instituições e impacto percebido

<p><u>Experiência e impacto positivo</u></p>	<p><i>“As positivas foi o tribunal.” (Carlos)</i></p> <p><i>“Todas, inclusivamente a Polícia que me mostrou o caminho das instituições.” (António)</i></p> <p><i>“A Polícia ajudou-me neste percurso.” (Rui)</i></p> <p><i>“Tanto a Assistente Social como a CPCJ me ajudaram.” (Vasco)</i></p> <p><i>“Polícia.” (Tomé)</i></p> <p><i>“Psicólogo e o Tribunal porque foram importantes no meu bem estar e para que eu me tornasse uma pessoa melhor.” (João)</i></p> <p><i>“No fundo todas ajudaram-me.” (Adolfo)</i></p> <p><i>“C.P.C.J.” (Jorge)</i></p>
<p><u>Experiência e impacto negativo</u></p>	<p><i>“Tribunal.” (Jorge)</i></p> <p><i>“Polícia, acho que não tinham de me quase a obrigar a ir para a instituição.” (João)</i></p> <p><i>“Todas.” (Sérgio)</i></p> <p><i>“Na minha experiência uma situação destas, mas já conheci amigos que tiveram.” (Adolfo)</i></p>

Trajetórias Institucionais

1. Entrada na Casa	<i>“Envergonhado”</i> (Marcelo)
<u>Sentimentos e emoções negativos</u>	<i>“Ansioso, surpreendido e triste.”</i> (Sérgio)
	<i>“Quería estar com os meus pais. Triste, ansioso.”</i> (Rui)
	<i>“Ansioso, expectável, observador.”</i> (Vasco)
	<i>“Medo, pânico, desespero, insegurança.”</i> (João)
	<i>“Frustrado.”</i> (Jorge)
<u>Ambivalência</u>	<i>“Normal; bem-vindo; chateado.”</i> (Tomé)
<u>Experiência positiva</u>	<i>“A melhor instituição e senti-me feliz.”</i> – Carlos
	<i>“Na verdade, foi tudo bem tranquilo, eu já sabia para onde ia, embora não compreendesse bem do que se tratava ou como iria ser. Fui bem recebido e bastante ajudado pela equipa.”</i> - António
<u>Normalização da trajetória e percurso institucional</u>	<i>“Ia ser outro “patamar”.”</i> (Adolfo?)

Trajetórias Institucionais

2. Rotinas

Vida diária “normativa”

“Levanto-me às 8h e faço alguma coisa pela casa.” (Carlos)

“Estagiar e nos tempos livres produzir (música) e ajudar nas tarefas.” (Marcelo)

“Enquanto na escola, acordo, tomo o pequeno almoço, etc... vou para a escola, volto da escola e, normalmente, depois de jantar faço coisas para a escola. Enquanto de férias, durmo jogo, jogo, durmo, jogo, como, jogo, durmo, jogo durmo, acordo e repito.” (António)

“Normalmente acordo às 8h para ir para a escola depois saí para almoçar às 13h e às 13:30h vou outra vez para a escola até as 17:45h e depois jantamos às 20h e às 22h subimos para dormir.” (Sérgio)

“Acordo, tomo banho, visto-me, tomo o pequeno almoço, vou para o CAO (CENTRO ATIVIDADES OCUPACIONAIS). Ao final do dia volto para a casa, tomo banho, lanche, jogar telemóvel ou PC até à hora do jantar. Janto, vejo um bocado de Tv até ir para a cama.” (Rui)

“Tomo banho, saio para a escola, fumo 1 cigarro, venho almoçar à Casa, volto para a escola, depois das aulas volto para a casa, tomo o lanche, tomo banho, computador jogar, jantar e fazer a tarefa e jogar no computador.” (Vasco)

“Basicamente, acordo vou tomar banho, depois visto-me, desço para tomar o pequeno almoço, preparo-me e vou para a escola. Quando chego da escola, lancho, preparo-me para o treino, quando chego do treino tomo banho, janto e vou dormir.” (Tomé)

“Acordo, vou para a escola, vou almoçar ao colégio, volto para as aulas, vou para a casa, vou jogar futebol, tomo banho e vou jantar.” (João)

“Estou nas férias, costumo acordar às 9/10h, tomo o pequeno almoço se tiver apetite e vou para o meu quarto ver animes até à hora do lanche, se não tiver comida no quarto. Volto a ver animes até à hora do jantar e volto a ver animes. Em dias de aulas estou até ao final da tarde.” (Adolfo)

“Faço atividades na casa e vou para o curso.” (Jorge)

2.1 Atividades e experiências que os jovens mais gostam
jogar futebol

“Jogar futebol, porque gosto de jogar futebol. (...)” (Rui)

“Futebol, pois é uma forma de fazer exercício e apanhar ar.” (Vasco)

“Futebol.” (Tomé)

“Futebol.” (João)

Atividades percebidas como potenciadoras do seu desenvolvimento pessoal e aquisição de competências

“Jogar e criar, estimula a minha criatividade e aperfeiçoar o meu pensamento analítico.” (António)

“Ténis de mesa. Ajuda-me a evoluir mais.” (Jorge)

“(...) nos tempos livres produzir (música) (...)” (Marcelo)

<p><u>Atividades individuais ou com menor interação social</u></p>	<p>“Estar sozinho.” (Sérgio)</p> <p>“Tocar guitarra, ver animes e ler mangás.” (Adolfo)</p>
<p><u>Idas à praia e/ou piscina</u></p>	<p>“Ir ao rio porque é a melhor cena do mundo.” (Carlos)</p> <p>“Ir para a piscina.” (Marcelo)</p> <p>“(…) Ir de férias, vamos à piscina e ao rio.” (Rui)</p>
<p>2.2 Atividades e experiências que os jovens menos gostam</p> <p><u>atividades em grupo, reuniões de jovens ou programas e atividades de intervenção grupal desenvolvidas pela psicóloga da instituição</u></p>	<p>“(…) não gosto muito das reuniões em grupo.” (Marcelo)</p> <p>“Atividades em conjunto com a casa.” (Sérgio)</p> <p>“Das atividades em que não se faz nada para além de ouvir os outros a falar.” (Vasco)</p> <p>“As sessões da Dra. T (psicóloga) que somos quase obrigados a ir.” (Tomé)</p> <p>“Sessões de Psicologia de grupo (jovens).” (João)</p>

<u>Praia</u>	“Ir à praia (...).” (Marcelo)
<u>Tarefas domésticas e/ou escolares</u>	“Fazer a cama.” (Rui) “Não gosto de fazer as tarefas da casa e estudar.” (Adolfo)
<u>Dormir</u>	“Dormir, sinto que é uma perda de tempo e sempre odeio até dormir. Sou chato para dormir e chato para deixar de dormir.” (António)
<u>Gostam de todas as atividades</u>	“Nenhuma” (Carlos) “Ninhuma.” (Jorge)
Relações interpessoais	
1. Adultos	“Excelentes” (Carlos) “Compreensivo, flexível, afetivo protetor.” (António) “Boas pessoas e gostam de ajudar.” (Marcelo) “Esforçados, amigos” (Sérgio) “São fixes, gosto de todos os adultos da casa.” (Rui)
<u>Relação positiva</u>	

“*Equipa, união, esforço e empenho.*” (Tomé)

“*Impecáveis, bons amigos, sentido de humor e boas pessoas.*” (João)

“*Pessoas sinceras.*” (Jorge)

“*A “M” (técnica) porque ela me ajuda a abrir os olhos, o “O” também por ser meu técnico. Três jovens (O Tomé e o João e o Jorge).*” (Vasco)

“*Adulto. Sinto-me mais à vontade.*” (Jorge)

“*O Y e Dr. O*” (um monitor e um técnico). (Carlos)

Discurso ambivalente

“*Preocupados, teimosos.*” (Vasco)

“*”Lentos”, velhos, chatos, brincalhões (alguns), são disponíveis, atentos e afirmativos.*” (Adolfo)

2. Jovens

Dificuldade e ambivalência na atribuição de elogios ou no reconhecimento de aspetos positivos aos outros jovens/ conflitos e os comportamentos ou atitudes desajustadas

“*Únicos, complexos, competências sociais limitadas (eu incluído).*” (António)

“*Irritantes, melgas, tónes, brincalhões, “parafuso a menos”, chatos. Somos atentos e animados.*” (Adolfo)

“*Chatos, teimosos.*” (Vasco)

“*São pessoas mais ou menos.*” (Carlos)

“*Chatos, agressivos e crianças.*” (Sérgio)

“*Chatos, irritantes, animados, amigos, malucos.*” (João)

“*Não sei.*” (Rui)

<u>Sensação de grupo e entreaajuda</u>	<p>“Alguns gostam de ajudar no que puderem.” (Marcelo)</p> <p>“Dou-me bem e ajudamo-nos uns aos outros.” (Jorge)</p>
<u>Proximidade e confiança com os pares</u>	<p>“Sim porque é um dos mais calmos e inteligentes (jovem).” (Sérgio)</p> <p>“Sim, porque tenho mais confiança e é a pessoa que mais desabafa com ele (jovem).” (João)</p> <p>“Sim, interajo mais com eles (jovens).” (Tomé)</p>
<i>Significado e experiência de acolhimento</i>	
<p>1. Mudanças e impacto positivo</p> <p><u>Mudanças de comportamentos</u></p>	<p>“(…) sermos autónomos e mais capazes e viver (…).” (Adolfo)</p> <p>“Comecei a ir à escola.” (Carlos)</p> <p>“Comportamento.” (Marcelo)</p> <p>“(…) Melhorei comportamentos e vou à escola.” (Rui)</p> <p>“Sei como me comportar nos locais (…).” (Vasco)</p> <p>“Agora vou para a escola (…).” (Sérgio)</p> <p>“(…) não gostava de conviver com pessoas.” (João)</p>
<u>Mudanças do funcionamento cognitivo e emocional</u>	<p>“(…) gosto mais de mim e sinto-me acolhido.” (Sérgio)</p> <p>“Penso de outra maneira. (…).” (Rui)</p> <p>“(…) mais capazes de viver e de perseguir os nossos sonhos ou deveres.” (Adolfo)</p> <p>“Perdi muitos medos, (…).” (João)</p>

<p><u>Aproximação ou melhoria da relação familiar</u></p>	<p>“(…) o ambiente e casa está mais favorável.” (Vasco)</p> <p>“Voltar à minha família.” (Jorge)</p> <p>“Melhorei as minhas relações com os meus familiares (…).” (Tomé)</p>
<p><u>Desenvolvimento pessoal e maturidade</u></p>	<p>“Evolui bastante. Muito mesmo.” (António)</p> <p>“(…) crescer tanto a nível pessoal com escolar.” (Tomé)</p> <p>“Permitiu-me dar conhecimentos e preparar-me para a vida de um adulto e sermos autónomos (…).” (Adolfo)</p>
<p>2. O que mais gostam na instituição</p> <p><u>Atividades proporcionadas</u></p>	<p>“Não sei, são muitas, jogar futebol e as atividades.” (Carlos)</p> <p>“(…) experiências, férias, vivências.” (Adolfo)</p> <p>“(…) atividades, festa de natal, festa de Halloween.” (Rui)</p> <p>“(…) atividades, (...), piscina e rio.” (Marcelo)</p> <p>“Futebol, liga, saídas, (...).” (Tomé)</p>

“(...) a oferta de experiências únicas que podemos viver, ajuda-nos a crescer de forma mais autónoma e deixa-nos ter alguma liberdade e confiança.” (João)

“Jogar à bola e ir à praia.” (Jorge)

Intervenção e conduta da instituição

“A flexibilidade, o dinamismo, a adaptação, a justiça e injustiça que nos força a pensar e agir. (...)” (António)

“Poder ter o telemóvel no quarto, o sistema de semanadas, o de níveis, (...)” (Sérgio)

“(…), autonomia, semanada.” (Tomé)

ajuda-nos a crescer de forma mais autónoma e deixa-nos ter alguma liberdade e confiança.” (João)

“Semanas, comida, (...)” (Adolfo)

“(...)a ajuda que nos é proporcionada.” (Vasco)

“Ajuda, (...) sessões, (...)” (Marcelo)

Relação com os adultos e com os pares

“(...) A equipa.” (António)

“(...) os adultos têm uma conexão connosco e a casa em si.” (Sérgio)

“Adultos e dos jovens (...)” (Rui)

“(...) a interação jovens /adultos, o ambiente de convívio (...)” (Vasco)

“Convivência de jovens e adultos, (...)” (João)

<p>3. O que menos gostam na instituição</p>	<p>“Não sei, ir à escola e acordar cedo.” (Carlos)</p>
<p><u>Regras e funcionamento da instituição</u></p>	<p>“O radicalismo das regras, o ***** de jovens, a falta de rigidez com atitudes graves de jovens (...).” (António)</p> <p>“(…), os horários.” (Sérgio)</p> <p>“Regras, (...), horários de dormir, avaliações (...).” (João)</p> <p>“Tarefas, (...), pouco organizada (gestão da casa).” (Adolfo)</p> <p>“(…) avaliações.” (Tomé)</p>
<p><u>Falta de autonomia</u></p>	<p>“(…) as regras que nos limitam o desenvolvimento de gestão livre e autónoma.” (António)</p>
<p><u>Dinâmicas e relação com os adultos e com os pares</u></p>	<p>“A desconfiança a nós, a impulsividade de alguns adultos, (...).” (Sérgio)</p> <p>“Injustiças, “cólinhos” (...).” (Tomé)</p> <p>“(…) injustiças, (...) e aturar jovens que não gosto.” (João)</p>

Futuro

1. Planos

Continuar estudos

“Faculdade, (...)” (António)

*“Eu quero ter mais um curso para ter equivalência ao 12º ano e depois ir para a faculdades.”
(Sérgio)*

“Ter 12º ano (...)” (Adolfo)

“Acabar o curso (...)” (Jorge)

“(...) chatos (monitores), limpar o que os outros sujam. (...)” (Adolfo)

“Os conflitos, os berros desnecessários, a injustiça criada pelos monitores, os jovens favoritos, a desigualdade.” (Vasco)

“(...) a falta de rigidez com atitudes graves de jovens, a injustiça fora de hora, (...)” (António)

Emprego

“Ir trabalhar.” (Carlos)

“(...) arranjar um emprego.” (Marcelo)

“Abrir um restaurante.” (Vasco)

“Abrir uma pastelaria, ganhar o meu próprio dinheiro, (...)” (João)

“(...) trabalho/ emprego, (...)” (Adolfo)

“(...) arranjar trabalho na minha área.” (Jorge)

<p><u>Constituir uma família</u></p>	<p>“(…) casar, ter filhos e viver bem.” (António)</p> <p>“(…) construir uma família.” (Rui)</p> <p>“(…) criar lá família (…).” (João)</p> <p>“(…) casa e etc.” (Adolfo)</p>
<p><u>Sair da instituição</u></p>	<p>“Sair da (casa de acolhimento) e arranjar um emprego.” (Marcelo)</p> <p>“Sair da (casa de acolhimento) e construir uma família.” (Rui)</p>
<p>2. Profissões</p>	<p>“Militar” (Carlos)</p> <p>“Designer, Argumentista/ revisor ou escritor.” (António)</p> <p>“Cozinheiro” (Marcelo)</p> <p>“Psicólogo ou Advogado” (Sérgio)</p> <p>“Bombeiro” (Rui)</p> <p>“Cozinheiro/ chefe” (Vasco)</p> <p>“Cozinheiro.” (João)</p> <p>“Trabalhar com animais.” (Adolfo)</p> <p>“Trabalhar num restaurante.” (Jorge)</p> <p>“Não sei.” (Tomé)</p>

<p>3. Saída da instituição</p> <p><i>Jovens sentem-se preparados</i></p>	<p><i>“Sim porque tenho a minha família.” (Carlos)</i></p> <p><i>“Sim, porque penso conseguir lidar com o mundo lá fora. Mas não quero, posso e vou aprender mais e melhorar mais.” (António)</i></p> <p><i>“Sim porque estou melhor com a minha família.” (Marcelo)</i></p> <p><i>“Sim, acho que já fiz o meu percurso e não tenho nada a melhorar.” (João)</i></p>
<p><i>Jovens não se sentem preparados</i></p>	<p><i>“Não, porque sinto que não me sinto preparado.” (Sérgio)</i></p> <p><i>“Não. Ainda não estou preparado para a minha vida.” (Rui)</i></p> <p><i>“Ainda não, pois, iria ter várias dificuldades.” (Vasco)</i></p> <p><i>“Não, sinto que ainda há uma evolução que tem de ser feita por mim.” (Tomé)</i></p> <p><i>“Não me sentia preparado porque temos de estar seguros para dar o próximo passo e fazer gestão do dinheiro mês a mês.” (Adolfo)</i></p> <p><i>“Não me sentia.” (Jorge)</i></p>

4. Contacto com a instituição após saída

Desejo em manter contacto

“Sim porque tenho uma pessoa de quem gosto.” (Carlos)

“Sim. Foram muito importantes.” (António)

“Sim porque sempre me ajudaram quando precisei.” (Marcelo)

“Sim porque eles fizeram parte da minha vida.” (Sérgio)

“Sim porque gosto das pessoas que estão aqui.” (Rui)

“Acho que sim pois ajudaram numa fase importante.” (Vasco)

“Claro, foram uma fase positiva e de evolução para mim.” (Tomé)

“Sim, porque foram pessoas muito importantes para mim e que me incentivaram a nunca desistir dos meus objetivos.” (João)

“Sim porque fizeram parte da minha vida e do meu percurso quanto jovem da “Crescer-Ser”.” (Adolfo)

“Vou.” (Jorge)